

**OFENSIVA ANTIGÊNERO: UMA ANÁLISE ACERCA DE MOVIMENTOS  
CONSERVADORES FRENTE AS QUESTÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE NO  
DEBATE EDUCACIONAL**

Rafael Cinturion De Souza (souzacinturion@gmail.com)

Cassia Cristina Furlan (cassiafurlan@ugfd.edu.br)

O cenário político atual reflete ataques cotidianos a uma série de conquistas. Utilizado como um rótulo e uma estratégia político-sexual para demarcar o debate em prol de um conservadorismo engajado na sociedade brasileira, construindo-se a partir de uma intencionalidade político-conservadora, movimentos antigênero tem se constituído como espaços de exclusão, segregação, censura, interdição e silenciamento, estimulando uma educação para a obediência e para a naturalização das desigualdades sociais, do racismo, do sexismo e da LGBTfobia. Assim, nossa intenção é colocar em evidência as justificativas e os mecanismos com os quais movimentos políticos conservadores tem dado ênfase a uma ofensiva antigênero e, por associação, como ferramenta de perversão das supostas regras naturais que determinam os corpos e a sociedade e os ensinamentos escolares. Nos referenciamos nas epistemologias feministas que abarcam o Gênero como uma categoria semântica, política e com um dispositivo histórico. É uma pesquisa de caráter qualitativo do tipo documental. Objetivamos a análise das produções científicas e de projetos de lei nas últimas décadas que tem refletido e/ou produzido discursividades cerceadoras dos debates acerca do gênero e as suas consequências para o ambiente educacional. Entre os resultados obtidos na pesquisa, como consequência de Projetos de Lei balizados no ideário do Escola sem Partido e dos discursos balizados na suposta ideologia de gênero, vários foram as tentativas de aprovação de sanções legislativas contra os debates acerca do gênero no contexto escolar, por meio da supressão dos termos gênero e sexualidade de documentos como o Plano Nacional de Educação, Planos Estaduais e Municipais. No entanto, apesar das tentativas legislativas antigênero, em junho de 2020 o Superior Tribunal Federal (STF) julgou diversos projetos e considerou o veredicto de que a censura às temáticas de gênero, sexualidade e diversidade sexual nas escolas viola a ação constitucional do Estado. Apesar de diversas instâncias demonstrarem a inscontitucionalidade de projetos dessa natureza, uma série de projetos de lei vão se apresentando e adensando discursividades persecutórias e cerceadoras de reflexões mais aprofundadas sobre questões fundamentais a uma educação igualitária, equânime e democrática, fruto do cenário político contemporâneo. Apesar desse cenário, muitos são os pontos de resistência e de reflexão propiciadas por práticas pedagógicas engajadas e reflexivas. Nesse viés, as escolas precisam continuar

assumindo a sua função na produção e difusão do conhecimento, abertos às mais diversas perspectivas de investigação e capazes, por isso, de refletir os infinitos matizes da realidade, com liberdade e respeito às diferenças.